



Número: **0814722-98.2020.8.18.0140**

Classe: **PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL**

Órgão julgador: **5ª Vara Cível da Comarca de Teresina**

Última distribuição : **03/07/2020**

Valor da causa: **R\$ 11.812,50**

Assuntos: **Seguro**

Segredo de justiça? **NÃO**

Justiça gratuita? **SIM**

Pedido de liminar ou antecipação de tutela? **NÃO**

Partes		Procurador/Terceiro vinculado	
ANTONIO BARROS DE LIMA NETO (AUTOR)		JOSE FRANCISCO PROCEDOMIO DA SILVA (ADVOGADO)	
SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S.A. (REU)			
Documentos			
Id.	Data da Assinatura	Documento	Tipo
10613303	03/07/2020 20:20	<a href="#">Petição Inicial</a>	Petição Inicial
10613306	03/07/2020 20:20	<a href="#">02-Procuração e Documentos Probatorios do Processo</a>	DOCUMENTO COMPROBATÓRIO
10613307	03/07/2020 20:20	<a href="#">03-Oficio 187-2013-CGJ-JUSTIÇA-GRATUITA-LEI-1060-de-1950</a>	DOCUMENTO COMPROBATÓRIO
10613308	03/07/2020 20:20	<a href="#">04-Informações do Sinistro nº 3200-027312</a>	DOCUMENTO COMPROBATÓRIO

## PETIÇÃO INICIAL EM PDF ANEXO



# Procedômio Advocacia e Consultoria Jurídica

Dr. José Francisco Procedômio da Silva

OAB/PI Nº 12.813

## PROCURAÇÃO AD JUDITIA

OUTORGANTE: <i>Antonio Bannors de Lima Neto</i>		
Nacionalidade: Brasileira	Estado Civil: <i>Solteiro</i>	Profissão: <i>Autônomo</i>
RG nº: <i>2000029122210-SSP/CE</i>	CPF/MF nº: <i>116.060.867-59</i>	
Endereço: <i>Rua Manoel de Barros Rego Monteiro, nº 156, Bairro: Monte Castelo, CEP: 64017-160 Teresina - PE</i>		

OUTORGADO: JOSE FRANCISCO PROCEDOMIO DA SILVA E MARIA DO CARMO PROCEDOMIO DA SILVA

Nacionalidade: Brasileira (o) Estado Civil: Solteiro (a)

RG nº: 2.684.877 - SSP/PI RG nº: 1.457.994-SSP/PI

CPF/MF nº: 023.365.163-22

CPF/MF nº: 703.754.703-44

Profissão: Advogado/ Bacharel em Direito OAB/PI Nº 12.813.

Endereço Profissional: Rua Henrique Dias - 790, Vermelha, Teresina - PI (CEP: 64019-330).

PODERES: Pelo presente instrumento particular de procuração, com fulcro no Princípio da Inafastabilidade da Jurisdição, previsto no art. 5º, XXXV, da constituição federal, e nos moldes do art. 595 do CC, nomeia e constitui seu bastante procurador o advogado acima qualificado, então Outorgado, a quem confere amplos poderes para o foro em geral, com a cláusula ad-judicia, conforme o art. 5º da lei nº 8.906/94 e art. 105 do NCPC, podendo agir junto às repartições públicas Federais, Estaduais e Municipais, em qualquer Juízo, Instância ou Tribunal, bem como os especiais para confessar, transigir, desistir, receber e dar quitação, firmar compromissos, prestar declaração de pobreza na forma do artigo primeiro da Lei nº 7.115/83, REQUERER DECLARAÇÕES EM ÓRGÃOS PÚBLICOS e substabelecer está em quem lhe convier, com ou sem reservas com o fim específico de propor Ação de cobrança de diferença de indenização de seguro DPVAT Por invalidez advinda de acidente de trânsito

Teresina - PI, 20 de Março de 2020.

*Antonio Bannors de Lima Neto*  
-Outorgante-

Rua Henrique Dias, Nº 790 - Bairro: Vermelha - Teresina - PI - (CEP: 64 019-330)





COMPANHIA ENERGÉTICA DO PIAUÍ  
Av. Maranhão 759 - Centro/Sul - Teresina - PI  
CNPJ: 06.840.748/0001-89 | Insc. Estadual: 19.301.383-5  
Nota Fiscal / Conta de Energia Elétrica - Série B-1  
Regime especial de impressão autorizada pela SEFAZ 06/98

Para contato  
conosco, Informe  
esse NÚMERO!!

SEU CÓDIGO

Nº da Nota Fiscal 026150634

A Tarifa Social de Energia Elétrica - TSEE foi criada  
pela Lei nº 10.438 de 26 de abril de 2002.

CONTA MÊS	VENCIMENTO	CONSUMO (kWh)	TOTAL A PAGAR (R\$)
AGOSTO/2019	27-08-2019	163	278,83

ANTONIO BARROS DE LIMA NETO  
R. PROFA MARIA DE L REGO MONTEIRO S/N 156/1 MONTE CASTELO  
CPF: 00011106086759  
CEP: 64.000-000 - TERESINA  
ROT: 14.001.07.18.045100

DADOS DA LEITURA		DADOS DA LEITURA	
Atual:	6661	Atual:	20/08/2019
Anterior:	5498	Anterior:	19-07-2019
Constante de Multiplicação:	1,000	Próxima Leitura:	19-09-2019
Consumo Medido:	163	Emissão:	19-08-2019
Consumo Faturado:	163	Apresentação:	20-08-2019
Forma de Faturamento:	NORMAL	Código de Irregularidade:	Dias de Consumo: 32

Classe/Subclasse	Ligação	Número Medidor	Poste	Código Fat.	Média 12 meses
RESIDENCIAL	MONO	A1434631		1.1.1.1	140

HISTÓRICO KWH		DESCRIÇÃO DA CONTA	
Mês/ano consumo		CONSUMO	163 A R\$ 0,899153 = 146,56
JUL/19	141	CONTR. ILUMINACAO PUB. (COSIP)	12,63
JUN/19	137	PARCELAMENTO DE DEBITO 8/12	119,64
MAI/19	137	ADICIONAL BANDEIRA AMARELA -	0,91
ABR/19	143	ADICIONAL BANDEIRA VERMELHA -	4,07
MAR/19	144		
FEV/19	162		
JAN/19	119		
DEZ/18	0		
NOV/18	0		
OUT/18	0		

TARIFA SEM TRIBUTOS:  
0 A 163 - 0,645935

### NOTIFICAÇÃO DE REAVISO DE VENCIMENTO / MENSAGEM

Mes/Ano	Valor R\$	Unidade consumidora sujeita a suspensão do fornecimento de energia elétrica a partir de 04-09-2019. O não pagamento, por 04 meses, também acarretará inclusão do nome do consumidor no SERASA. Caso tenha efetuado o pagamento, favor desconsiderar este aviso.
07/2019	259,43	

LIGUE 0800 086 0800 E FAÇA OPÇÃO VENCIMENTO 1 5 10 15 20 25

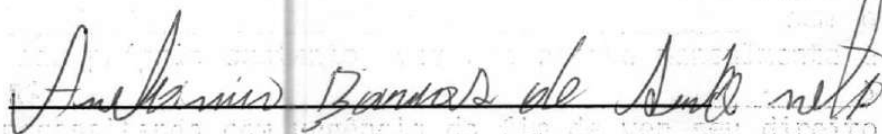
Você pode optar pelas regras de vencimento da sua dívida									
RESERVADO AO FISCO 56B9 348B 5A3B D2AB B15A 4D29 6F9B 403C									
COMPOSIÇÃO DA CONTA - R\$					IMPOSTOS/TRIBUTOS - R\$				
Distribuição:					Base de Cálculo:				
Energia:					Alíquota ICMS:				
Transmissão:					Valor do ICMS:				
Encargos:					Valor do PIS:				
Tributos:					Valor do COFINS:				
INDICADORES DE CONTINUIDADE									
	DMC			ET			DMC		ET
	Mensal	Trimestral	Anual	Mensal	Trimestral	Anual	Mensal	Mensal	
Limite	5,31	10,63	21,25	3,11	6,23	12,45	3,03		
Realizado	0,00			0,00			0,00		
Conjunto	TERESINA - MACAUBA						Período de apuração: 06/2019		EUSO: 48,51



## DECLARAÇÃO DE HIPOSSUFICIÊNCIA

Antonio de Barros de Lima Neto		
Brasileiro (a)	Salteiro	Autônomo
RG nº: 2000023122210-55P/CG	CPF/MF nº: 111.060.867-59	
Endereço: Rua Maria de Lourdes Rego Monteiro, nº 156, Bairro Monte Castelo, Cep. 64017-150, Teresina-PI		
<p><b>DECLARA</b> para os fins de obtenção de <b>ASSISTÊNCIA JUDICIÁRIA GRATUITA</b> que é reconhecidamente pobre no sentido legal, não tendo recursos que lhe permitam custear as despesas referentes a um processo judicial de <b>AÇÃO DE COBRANÇA DE INDENIZAÇÃO DE SEGURO DPVAT POR INVALIDEZ ADVINDOS DE ACIDENTE DE TRANSITO</b>, sem o prejuízo de seu próprio sustento, vez que recebe mensalmente a quantia de R\$: <u>1.095,00 (um mil e quarenta e cinco reais)</u> e que está necessitando com urgência do fim de ver seu direito líquido e certo amparado pela Justiça, tudo nos termos da Lei 7.115/83, com a redação que lhe deu a Lei 7.510/86 e 1060/50, ofício circular 187/2013, art. 98, do CPC/15 e art. 5º, LXXIV, da CF/88, juntando para tanto os documentos probatórios necessários anexadas a esta presente declaração.</p>		

Teresina-PI, 30 de junho de 2020.

  
 (CPF 111.060.867-59)





GOVERNO DO ESTADO DO PIAUÍ  
POLÍCIA CIVIL  
DELEGACIA DE REPRESSÃO AOS CRIMES DE TRÂNSITO - TERESINA - PI

BOLETIM DE OCORRÊNCIA

Nº: 013014/2019

DADOS DO REGISTRO

Data/Hora Início do Registro: 13/12/2019 09:29 Data/Hora Fim: 13/12/2019 09:40

Delegado de Polícia: Erika Mourao Melo de Aguiar

DADOS DA OCORRÊNCIA

Afeto: Delegacia de Repressão Aos Crimes de Trânsito

Data/Hora do Fato: 16/10/2019 17:00

Local do Fato

Município: Teresina (PI)

Logradouro: Avenida Higino Cunha

Bairro: Ilhotas

Nº: 1665

CEP: 64.014-220

Tipo do Local: Via Pública

Natureza	Meio(s) Empregado(s)
1223: LESÃO CORPORAL CULPOSA NA DIREÇÃO DE VEÍCULO AUTOMOTOR (ART. 303 CAPUT DA LEI DOS CRIMES DE TRÂNSITO - CTB )	Veículo

ENVOLVIDO(S)

Nome Civil: DESCONHECIDO 1 (SUPOSTO AUTOR/INFRATOR )

Nacionalidade: Brasileira

Endereço

Município: Teresina - PI

Nome Civil: ANTONIO BARROS DE LIMA NETO (VÍTIMA, COMUNICANTE )

Nacionalidade: Brasileira

Naturalidade: CE - Acopiara

Sexo: Masculino

Nasc: 29/09/1984

Profissão: Autônomo

Escolaridade: Ensino Fundamental Incompleto

Estado Civil: Solteiro(a)

Nome da Mãe: MARIA LOPES DE LIMA

Nome do Pai: FRANCISCO ALVES DE LIMA

Documento(s)

CPF - Cadastro de Pessoas Físicas: 111.060.867-59

RG - Carteira de Identidade: 2000029122210

Endereço

Município: Teresina - PI

Logradouro: RUA MARIA DE LOURDES DO REGO MONTEIRO

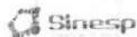
Nº: 156

Bairro: MONTE CASTELO

CEP: 64.017-160

OBJETO(S) ENVOLVIDO(S)

Grupo Veículo	Subgrupo Motocicleta/Motoneta
CPF/CNPJ do Proprietário 111.060.867-59	Placa NHX1573
Renavam 00128348208	Número do Motor MD34E-8040700
Número do Chassi 9C2MD34008R040700	Ano/Modelo Fabricação 2008/2008
Cor PRETA	UF Veículo Piauí
Município Veículo Teresina	Marca/Modelo HONDA/XR 250 TORNADO
Modelo HONDA/XR 250 TORNADO	Veículo Adulterado? Não



Delegado de Polícia Civil: Erika Mourao Melo de Aguiar  
Impresso por: Jerônimo Soares Lima Junior  
Data de Impressão: 13/12/2019 09:40  
Protocolo nº: Não disponível

Página 1 de 2

PPE - Procedimentos Policiais Eletrônicos







GOVERNO DO ESTADO DO PIAUÍ  
POLÍCIA CIVIL  
DELEGACIA DE REPRESSÃO AOS CRIMES DE TRÂNSITO - TERESINA - PI

BOLETIM DE OCORRÊNCIA

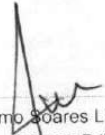
Nº: 013014/2019

Quantidade 1 Unidade	Situação Envolvido
Última Atualização Denatran 05/03/2018	Situação do Veículo NADA CONSTA
Nome Envolvido	Envolvimentos
ANTONIO BARROS DE LIMA NETO	Proprietário
Grupo Veículo	Subgrupo Automóvel/Utilitário/Camioneta/Caminhão
Descrição NÃO IDENTIFICADO	Veículo Adulterado? Não
Quantidade 1 Unidade	Situação Meio Empregado
Nome Envolvido	Envolvimentos
Desconhecido 1	Possuidor

RELATO/HISTÓRICO

RELATA QUE CONDUZIA A MOTOCICLETA MENCIONADA E QUE TRAFEGAVA PELA VIA CITADA, MOMENTO EM QUE AO PARAR EM UMA FAIXA DE PEDESTRE UM AUTOMÓVEL NÃO IDENTIFICADO COLIDIU CONTRA A TRASEIRA DA MOTOCICLETA DO COMUNICANTE, QUE FOI SOCORRIDO PELO SAMU (2494) E LEVADO PARA O HOSPITAL DE URGÊNCIA TERESINA - HTU, CONFORME PRONTUÁRIO MÉDICO 525926 É O RELATO. QUE O REGISTRO DO BO TEM POR FINALIDADE A REQUISIÇÃO DE SEGURO DE DPVAT.

ASSINATURAS

  
Jerônimo Soares Lima Junior  
Agente de Polícia  
Matrícula 0094781  
Responsável pelo Atendimento

  
ANTONIO BARROS DE LIMA NETO  
(Vítima / Comunicante)

"Declaro para os devidos fins de direito que sou o(a) único(a) responsável pelas informações acima assentadas e ciente que poderei responder civil e criminalmente pela presente declaração que dei origem, conforme previsto nos Artigos 339-Denúnciação Caluniosa e 340-Comunicação Falsa de Crime ou de Contravenção do Código Penal Brasileiro."



Delegado de Polícia Civil: Erika Mourão Melo de Aguiar  
Impresso por: Jerônimo Soares Lima Junior  
Data de Impressão: 13/12/2019 09:40  
Protocolo nº: Não disponível

Página 2 de 2

PPE - Procedimentos Policiais Eletrônicos







Estado do Piauí  
Prefeitura Municipal de Teresina

REGISTRO DE ATENDIMENTO PRÉ-HOSPITALAR  
Serviço Móvel de Atendimento de Urgência -SAMU



SAMU  
192

Dados do Chamado	01 N° de chamado	02 Data do chamado	03 PRO (código)	04 Saída do PA	05 Chegada ao local
	06 Saída do local	07 Chegada ao 1º hospital	08 Saída do 1º hospital	09 Chegada ao 2º Hospital	
Local da Ocorrência	10 Endereço				
	11 Bairro		12 Município	Código IBGE	
	13 Ponto de referência				
Dados do Paciente	14 Nome			15 Sexo	1 - Masculino 2 - Feminino 9 - Ignorado
	16 Idade	Se idade ignorada, preencha com 999		17 Índices de ingestão de bebida alcoólica?	
Tipo de Ocorrência	18 Tipo de ocorrência				
	01 - Acidente de transporte      06 - Tentativa de suicídio      11 - Queda      16 - Outros 02 - Agressão física-espantamento      07 - Envenenamento      12 - Urgência clínica 03 - Agressão física-FAF      08 - Afogamento      13 - Urgência obstétrica 04 - Agressão física-FAB      09 - Queimadura      14 - Transferência 05 - Urgência psiquiátrica      10 - Choque elétrico      15 - Exames complementares				
Acidente de Transporte	19 Vítima	20 Meio de locomoção	21 Outra parte envolvida	22 Equipamentos de segurança	
	1 - Pedestre 2 - Condutor 3 - Passageiro 9 - Ignorado	1 - A pé      5 - Ônibus/Micro-ônibus 2 - Automóvel      6 - Outro 3 - Motocicleta      9 - Ignorado 4 - Bicicleta	1 - Automóvel      5 - Objeto fixo 2 - Motocicleta      6 - Animal 3 - Ônibus/Micro-ônibus      7 - Outra 4 - Bicicleta      9 - Ignorado	Capacete      Airbag Cinto de segurança Assento para criança	
Exame Físico	23 Glasgow =		RESPOSTA VERBAL		RESPOSTA MOTORA
	ABERTURA OCULAR		5 - Orientada 4 - Confusa 3 - Palavras inapropriadas 2 - Palavras incompreensíveis 1 - Nenhuma		6 - Obedece a comandos 5 - Localiza dor 4 - Movimento de retirada 3 - Flexão anormal 2 - Extensão anormal 1 - Nenhum
	4 - Espontânea 3 - A voz 2 - A dor 1 - Nenhuma				
Exame Físico	26 Pupilas	27 Pulso	28 Sangramento		29 ESCALA DE DOR DE 0 A 10
	1 - Iguais      2 - Desiguais	Radial      Central 1 - Cheio      2 - Fino      3 - Ausente	1 - Sim      2 - Não		0      Leve      3      Moderada      7      Intensa      10 Sem Dor
	30 Fratura		31 Procedimentos realizados (1 - Sim 2 - Não)		32 Hospital de Destino
Assistência	33 Condições de entrada		34 Óbito		35 Local da lesão
	1 - Melhorado      2 - Piorando      3 - Inalterado	1 - Sim      2 - Não	1 - Sim      2 - Não Antes do socorro      Antes do transporte      Durante o transporte		24 Sinais Vitais Pulso      Resp.      PA      TAX.      SatO2 25 Local da lesão
Hospital de Destino	36 Hospital de Destino				
	37 Condições de entrada				
Observações Interdisciplinar	38 Observações Interdisciplinar				
	39 Observações Interdisciplinar				

Assinado eletronicamente por: JOSE FRANCISCO PROCEDOMIO DA SILVA - 03/07/2020 20:21:21



SERVIÇO DE ARQUIVO MÉDICO E ESTATÍSTICO - SAME  
O HOSPITAL SÓ EXPEDIRÁ CÓPIA DE PRONTUÁRIO UMA VEZ, CABENDO AO  
INTERESSADO REPRODUZIR CÓPIAS NECESSÁRIAS  
A SUA UTILIZAÇÃO.

NÚMERO DO PRONTUÁRIO: 525926

NOME DO PACIENTE: ANTONIO BARROS DE LIMA NETO

HOSPITAL  
DE URGENCIA  
DE TERESINA



**HOSPITAL DE URGÊNCIA DE TERESINA - HUT**

Rua Dr. Otto Tito 1820 Redenção - Fone: 86 3218 5445

TERESINA-PI CEP: 64017-770 CNPJ: 05.522.917/0022-02

*Ortopedia***BOLETIM DE ENTRADA (BE)**

Imp: 16/10/2019 18:28:54

(User: GILBERTO)

(Estação: CONSULPA03)

**DADOS DO PACIENTE:**

<b>Nome:</b> ANTONIO BARROS DE LIMA NETO		<b>Prontuário:</b> 525926
<b>Mãe:</b> MARIA LIDIA LOPES LIMA	<b>Pai:</b>	
<b>End.Resid.:</b> RUA MARIA DE LOURDES DO REGO MONTEIRO N156 - MONTE CASTELO - TERESINA - PI - CEP:		
<b>Nascimento:</b> 29/09/1983	<b>Idade:</b> 36a0m17d	<b>Sexo:</b> Masculino <b>Fone:</b> 86-99847-7905
<b>Responsável:</b> GEANE	<b>CNS:</b>	
<b>Profissão:</b> AUTONOMO	<b>Documento:</b> Reg.Nasc: NAO INFORMADO	
<b>G. Instrução:</b> Não informado	<b>E.Civil:</b> Ignorado	

**DADOS DO ATENDIMENTO:**

<b>Código:</b> 746821	<b>Entrada:</b> 16/10/2019 18:04:54	<b>Convênio:</b> S U S	<b>Proced:</b> 0301060061
<b>Motivo da Procura</b> (Conforme Paciente/Acomp): ACIDENTE DE TRÂNSITO VÍTIMA EM MOTOCICLETA (MOTOC)			
<b>Condução:</b> AMBULÂNCIA DO SAMU			

**DADOS DA CLASSIFICAÇÃO DE RISCO:**

<b>Sinal/Sintoma de Apresentação:</b>	<b>Classificação:</b>	<b>Cor:</b> Indefinido
<b>Breve História Clas. Risco:</b>		

<b>SSVV:</b> (Hora: ____:____)				
<b>Peso:</b> 0,00 Kg	<b>Altura:</b> 0,00 M	<b>IMC:</b> 0,00 Kg/m2	<b>Pulso:</b> bpm	<b>Pressão:</b> mmHg
<b>Queixa Principal / Dados Clínicos / Conduta:</b> PACIENTE VITIMA DE ACIDENTE MOTOCICLISTICO, COM CAPACETE. QUEIXA-SE DE OMBRO DIREITO.  A: VIA AEREA PERVIA. B: MV+, SRA. C: BNF, RR, 2T, SS, FC= 85 BPM. PELVE ESTÁVEL, ABDOME INOCENTE; D: GLASGOW: 15 , PUPILAS ISOCÓRICAS E FOTORREAGENTES. SENSIBILIDADE E MOTRICIDADES PRESERVADAS; E: ESCORIAÇÕES EM TORNOZELO ESQUERDO.  <i>Teresa Raquel Pereira de Sousa Lopes</i> Matrícula: 059234 SAMU - HUT Confere com Original				
<b>Diagnóstico Inicial:</b> ?				<b>CID:</b>

<b>Exames Complementares:</b> (1336625) - OMBRO DIREITO RX - Interm. Dament. de T. ulnare M. D.	<b>R. X. F. I. Z. A. D. O</b> <b>DATA:</b> 16/10/19 <b>HORA:</b> ____ <b>TÉCNICO:</b> ____
----------------------------------------------------------------------------------------------------------	--------------------------------------------------------------------------------------------------

<b>Prescrição Médica:</b> <i>Ch: Interm. para Tratamento Cirurgico</i> <i>Marco Vitor P de Carvalho Filho</i> Traumatologia Ortopédica CRM-144792 SBOF 12501
--------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------

<b>Motivo da Alta/Encerramento:</b> Observação (Adulto)	<b>DATA:</b> ____/____/____	<b>HORA:</b> ____:____
------------------------------------------------------------	-----------------------------	------------------------

*Antônio Gilberto dos Santos*  
assinatura Paciente ou Responsável

ANTONIO GILBERTO ALBUQUERQUE BRITO





**HOSPITAL DE URGÊNCIA DE TERESINA - HUT**

Rua Dr. Otto Tito 1820 Redenção - Fone: 86 3218 5445  
TERESINA-PI CEP: 64017-770 CNPJ: 05.522.917/0022-02

Imp: 16/10/2019 18:28:54

(GILBERTO)

**FICHA DE PARECER PROFISSIONAL****DADOS DO PACIENTE:**

<b>Nome:</b> ANTONIO BARROS DE LIMA NETO		<b>Prontuário:</b> 525926
<b>Mãe:</b> MARIA LIDIA LOPES LIMA		<b>Pai:</b>
<b>End.Resid.:</b> RUA MARIA DE LOURDES DO REGO MONTEIRO N156 - MONTE CASTELO - TERESINA - PI - CEP:		
<b>Nascimento:</b> 29/09/1983	<b>Idade:</b> 36a0m17d	<b>Sexo:</b> Masculino <b>Fone:</b> 86-99847-7905
<b>Responsável:</b> GEANE		<b>CNS:</b>
<b>Profissão:</b> AUTONOMO		<b>Documento:</b> Reg.Nasc: NAO INFORMADO
<b>3. Instrução:</b> Não informado		<b>E.Civil:</b> Ignorado
<b>End.Local.:</b> - - -		

**DADOS DO ATENDIMENTO:**

<b>Código:</b> 746821	<b>Data:</b> 16/10/2019 18:04:54	<b>Clas. Cor:</b> Indefinido
<b>Motivo da Procura:</b> ACIDENTE DE TRÂNSITO VÍTIMA EM MOTOCICLETA (MOTOC		<b>Convênio:</b> S U S

**DADOS DA SOLICITAÇÃO (1):**

<b>Data/Hora Solicitação:</b> __/__/__ __:__	<b>ESPECIALISTA:</b>
<b>MOTIVO DA SOLICITAÇÃO:</b>	
Carimbo/Assinatura Solicitante	
<b>DADOS DO PARECER:</b> Data/Hora: __/__/__ __:__	
Carimbo/Assinatura Prof. Parecer	

**DADOS DA SOLICITAÇÃO (2):**

<b>Data/Hora Solicitação:</b> __/__/__ __:__	<b>ESPECIALISTA:</b>
<b>MOTIVO DA SOLICITAÇÃO:</b>	
Carimbo/Assinatura Solicitante	
<b>DADOS DO PARECER:</b> Data/Hora: __/__/__ __:__	
Carimbo/Assinatura Prof. Parecer	

Teresa Raquel Pereira de Sousa Lopes  
Matrícula: 059234  
SAÚDE - HUT  
Compare com Original!





HOSPITAL : URGÊNCIA DE

## PRESCRIÇÃO MÉDICA

[illegible]

Assinado eletronicamente por: JOSE FRANCISCO PROCEDOMIO DA SILVA - 03/07/2020 20:21:21  
<http://tjpi.pje.jus.br:80/1g/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=20070320202098200000010070692>  
 Número do documento: 20070320202098200000010070692



UNDAÇÃO MUNICIPAL DE SAÚDE  
IRGÊNCIA DE TERESINA - HUT

(HOSP) L DE

# PRESCRIÇÃO MLJICA

Eliane

525926

NOME DO PACIENTE		PRONTUÁRIO	CLÍNICA	ENF. OU AP	LEITO	MÉDICO ASSISTENTE
Antonio Bruno de Lima Neto			Ortopédica	22912		
DATA/HORA CÓDIGO	PRESCRIÇÃO MÉDICA		RELATÓRIO DE ENFERMAGEM			
			HORÁRIOS		OBSERVAÇÕES	
					205AE	
					Márcia Ribeiro da Silva COREN-PI 493601-TE	
1	DIETA ORAL <del>2000</del> 2000					
2	SF 0,9% 1000 ml EV AO DIA					
3	CEFALOTINA 1G+AD EV 6/6HS					
4	RANITIDINA 50 MG - 1 AMP + AD, EV, 8/8 h					
5	DIPIRONA 1G - 1 AMP + AD EV 6/6 h 5 505					
6	TILATIL 20mg - 1 AMP + AD EV 12/12h EU					
7	TRAMAL 100MG - 1 AMP + 100ML SF0,9% 8/8H SE 1007					
8	CUIDADOS GERAIS					
0						





**SISTEMATIZAÇÃO DA ASSISTÊNCIA DE ENFERMAGEM - PÓS - OPERATÓRIO - SRPA**

NOME Antônio Dantas de Lima Neto IDADE 36 anos DATA 18/10/2019  
 HORÁRIO DE ADMISSÃO 18 hs 50 min TIPO DE ANESTESIA ( ) GERAL ( ) RAQUE ( ) BLOQUEIO ( ) PERIDURAL ( ) SEDAÇÃO  
 CIRURGIA REALIZADA Test. Ombro Dir. CIRURGIÃO \_\_\_\_\_

SINAIS VITAIS	HORÁRIO	
	ADMISSÃO	SAÍDA
PRESSÃO ARTERIAL (mmHg)	<u>143/83</u>	<u>134 X 83</u>
FREQUÊNCIA CARDÍACA (bpm)	<u>116</u>	<u>120</u>
SATURAÇÃO DE O <sub>2</sub> (%)	<u>97%</u>	<u>96 %</u>
TEMPERATURA AXILAR (O° C)		
FREQUÊNCIA RESPIRATÓRIA (rpm)		
NOME/ MATRÍCULA	<u>Ozicmy</u>	

ÍNDICE DE ALDRETTEE KROULIK			ADMISSÃO			SAÍDA
ATIVIDADE MUSCULAR	Movimenta os quatro membros	2	2 <input checked="" type="checkbox"/>	2 <input type="checkbox"/>	2 <input type="checkbox"/>	2 <input checked="" type="checkbox"/>
	Movimenta dois membros	1	1 <input checked="" type="checkbox"/>	1 <input type="checkbox"/>	1 <input type="checkbox"/>	1 <input type="checkbox"/>
	É incapaz de mover os membros voluntariamente ou sob comando	0	0 <input type="checkbox"/>	0 <input type="checkbox"/>	0 <input type="checkbox"/>	0 <input type="checkbox"/>
RESPIRAÇÃO	É capaz de respirar profundamente ou de tossir livremente	2	2 <input checked="" type="checkbox"/>	2 <input type="checkbox"/>	2 <input type="checkbox"/>	2 <input checked="" type="checkbox"/>
	Apresenta dispnéia ou limitação da respiração	1	1 <input type="checkbox"/>	1 <input type="checkbox"/>	1 <input type="checkbox"/>	1 <input type="checkbox"/>
	Tem apnéia	0	0 <input type="checkbox"/>	0 <input type="checkbox"/>	0 <input type="checkbox"/>	0 <input type="checkbox"/>
CIRCULAÇÃO	PA em 20% do nível pré-anestésico	2	2 <input checked="" type="checkbox"/>	2 <input type="checkbox"/>	2 <input type="checkbox"/>	2 <input checked="" type="checkbox"/>
	PA em 20-49% do nível anestésico	1	1 <input type="checkbox"/>	1 <input type="checkbox"/>	1 <input type="checkbox"/>	1 <input type="checkbox"/>
	PA em 50% do nível pré-anestésico	0	0 <input type="checkbox"/>	0 <input type="checkbox"/>	0 <input type="checkbox"/>	0 <input type="checkbox"/>
CONSCIÊNCIA	Esta lúcido e orientado no tempo e espaço	2	2 <input checked="" type="checkbox"/>	2 <input type="checkbox"/>	2 <input type="checkbox"/>	2 <input checked="" type="checkbox"/>
	Desperta, se solicitado	1	1 <input type="checkbox"/>	1 <input type="checkbox"/>	1 <input type="checkbox"/>	1 <input type="checkbox"/>
	Não responde	0	0 <input type="checkbox"/>	0 <input type="checkbox"/>	0 <input type="checkbox"/>	0 <input type="checkbox"/>
SATURAÇÃO O <sub>2</sub>	É capaz de manter saturação de O <sub>2</sub> maior de 92% respirando em ar ambiente	2	2 <input checked="" type="checkbox"/>	2 <input type="checkbox"/>	2 <input type="checkbox"/>	2 <input checked="" type="checkbox"/>
	Necessita de O <sub>2</sub> para manter saturação maior que 90%	1	1 <input type="checkbox"/>	1 <input type="checkbox"/>	1 <input type="checkbox"/>	1 <input type="checkbox"/>
	Apresenta saturação de O <sub>2</sub> menor que 90%, mesmo com suplemento de O <sub>2</sub>	0	0 <input type="checkbox"/>	0 <input type="checkbox"/>	0 <input type="checkbox"/>	0 <input type="checkbox"/>
ESCALA DE DOR ADMISSÃO			TOTAL	<u>09</u>		<u>10</u>
ESCALA DE DOR ALTA			ASS. <u>Atividade Continuada</u>			

SONDA VESICAL	( ) DRENO DE SUÇÃO	( ) DRENO TORACICO	( ) DVE	( ) COLOSTOMIA	SONDA ( ) NASOG( ) NASOE
hs mL	hs mL	hs mL	hs mL		
hs mL	hs mL	hs mL	hs mL		

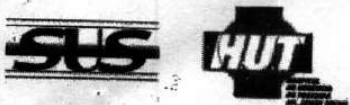
**EVOLUÇÃO DE ENFERMAGEM:**  
18:50 Admitido na SRPA em pós de tto cirúrgico para fratura em nível D. submetido a redução com alqueiro. Consciente, calmo, alerta, respirando com 97% sat. Fe com medicação simples.

Teresa Raquel Pereira de Sousa Lopes  
 Matrícula: 059234  
 SAME - HUT  
 Conferido por \_\_\_\_\_

**RAIO X REALIZADO**  
 DATA 18/10/2019 HORA 21:05  
 TÉCNICO \_\_\_\_\_  
 ANESTESIOLOGISTA \_\_\_\_\_

PREScrição Médica

LOCALIZAMENTO [ ] EXTERNO [ ] SALA DE GESSO [ ] IMAGEM [ ] GRAFICOS [ ]



No. da Autorização de Internação Hospitalar (AIH)

LAUDO PARA SOLICITAÇÃO DE AUTORIZAÇÃO  
DE INTERNAÇÃO HOSPITALAR

Identificação do Estabelecimento de Saúde

25 29 28

1-Nome do estabelecimento solicitante: <b>HOSPITAL DE URGÊNCIA DE TERESINA - HUT</b>	2-CNES <b>5828856</b>	Código da Internação:
3-Nome do estabelecimento executante: <b>HOSPITAL DE URGÊNCIA DE TERESINA - HUT</b>	4-CNES <b>5828856</b>	<b>249884</b>

## IDENTIFICAÇÃO DO PACIENTE

5-Nome: <b>ANTONIO BARROS DE LIMA NETO</b>	6 - Prontuário: <b>525926</b>
7-CNS:	8-Nascimento: <b>29/09/1983</b> 9-Sexo: <b>Masculino</b>
11-Mãe: <b>MARIA LIDIA LOPES LIMA</b>	12-Fone: <b>86-99847-7905</b>
13-Resp: <b>GEANE</b>	14-Cor: <b>Sem Informação</b>
15-Ender: <b>RUA MARIA DE LOURDES DO REGO MONTEIRO N156 - MONTE CASTELO - CEP: 64069-990</b>	
16-Munic: <b>TERESINA</b>	17-Cod. IBGE: <b>221100</b> 18-UF: <b>PI</b> 19-CEP: <b>64069-990</b>

## JUSTIFICATIVA DA INTERNAÇÃO

20 - Principais sinais e sintomas clínicos: <b>paciente com fratura rotatória no membro superior deste membro</b>	
21 - Condições que justificam a internação: <b>fratura rotatória</b>	
22 - Principais resultados de provas diagnósticas (Resultado de exames realizados): <b>fratura rotatória e patologia</b>	
23-Diagnóstico Inicial: <b>Fratura da extremidade superior do úmero</b>	24-CID Prin: <b>S422</b> 25-CID Sec.: 26-CID C.Ass.:

## PROCEDIMENTO SOLICITADO

28-Cod.Proced.: <b>0408060190</b>	27-Procedimento Solicitado: <b>OSTEOTOMIA DE OSSOS LONGOS EXCETO DA MÃO E DO PÉ</b>	Tempo SUS <b>3</b>
29-Clinica:	30-Caráter: Ident.: <b>02</b> 31-Docum.: <b>01</b> 32-Doc. Méd. Solic.: <b>001.663.217-61</b>	
33-Nome Profissional Solicitante/Auxiliante: <b>YURI JIVAGO FELIX</b>	34-Data Solicitação: <b>18/10/2019</b>	<b>Durval Tertio Nunes Leal</b> ORTOPEDIA-TRAUMATOLOGIA CRM-PI 1995 CRM-MA 3636 35-Ass. Carimbo Med. Sol. (CRM)

## PREENCHER EM CASO DE CAUSAS EXTERNAS (ACIDENTES OU VIOLÊNCIAS)

36- ( ) Acidente de Trânsito	39-CNPJ Seguradora:	40-No. Bilhete:	41-Série:
37- ( ) Acidente Trabalho Típico	42-CNPJ Empresa:	43-CNAE Empresa:	44-CBOR:
38- ( ) Acidente Trabalho Trajeto			
45 - Vínculo com a Previdência: ( ) Empregado ( ) Empregador ( ) Autônomo ( ) Desempregado ( ) Aposentado			

## AUTORIZAÇÃO

46 - Nome do Profissional Autorizador:	47-Data Autorização: <b>08/12/19</b>	50-Ass. Carimbo (Rg. Conselho)
48-Documento: ( ) CNS ( ) CPF	49-Num. Documento:	Usuário: <b>KARLA BATISTA</b> Consulta Local: <b>746821</b>
Assinatura Paciente ou Responsável:		





FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE SAÚDE  
HOSPITAL DE URGÊNCIA DE TERESINA Dr. ZENON ROCHA



**FMS**

Fundação Municipal  
de Saúde

Fls Nº \_\_\_\_\_  
Proc. Nº \_\_\_\_\_  
Rubrica \_\_\_\_\_

**BOLETIM DE CONTROLE DE CENTRO CIRÚRGICO E OBSTÉTRICO**

DATA 18/10/2019

NOME DO PACIENTE: <u>Adriano B. de N.</u>	PRONTUÁRIO Nº: <u>525926</u>
DIAGNÓSTICO: <u>Fratura de fêmur</u>	CIRURGIA: <u>Fixação</u>
ANESTESIA: <u>Intubação</u>	Nº DA SALA: <u>06</u>
CIRURGIÃO: <u>Dr. Tercio Nunes</u>	CPF Nº: _____
AUXILIAR: <u>Dr. Tercio Nunes</u>	CPF Nº: _____
ANESTESIA: <u>Dr. Tercio Nunes</u>	CPF Nº: _____
INSTRUMENTADORA: <u>Ana Cláudia</u>	CPF Nº: _____

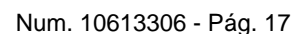
**MATERIAL DE CONSUMO**

DISCRIMINAÇÃO	UNID.	QUANT.	PREÇO	DISCRIMINAÇÃO	UNID.	QUANT.	PREÇO
AGULHA 25X8	UNID.	01		LÂMINA DE BISTURI 24	UNID.	01	
AGULHA 30X8	UNID.	02		LUVA Nº 7.5	PAR	02	
AGULHA 40X12	UNID.	01		LUVA Nº 6.5	PAR	04	
AGULHA RAQUE	UNID.			LUVA DE PROCEDIMENTO	PAR	10	
ÁLCOOL 70%	ML	150		PVPI DE GERMANTE	ML	100	
ALGODÃO	BOLA	02		PVPI TÓPICO	ML	100	
ÁGUA OXIGENADA	ML			PVPI TINTURA	ML		
COMPRESSA	PAC.	03		SERINGA 20CC	UNID.	02	
EQUIPO MACRO-GOTA	UNID.	01		SERINGA 10CC	UNID.	01	
ESPARADRAPO	CM	20		SERINGA 5CC	UNID.		
ESCALPE Nº	UNID.			SERINGA 3CC	UNID.		
FORMOL	ML			SORO FISIOLÓGICO	FRASCO	03	
GASES	PAC.	03		SONDA URETRAL	UNID.		
JELCO Nº	UNID.						
<b>FIOS</b>	<b>UNID.</b>	<b>QUANT.</b>	<b>PREÇO</b>	<b>OCORRÊNCIA</b> Eletrodo: 05 Braço: 03 Contato de eletrodo: 01 Enxada: 101			
CAT. GUT. SIMPLES C/AG.							
CAT. GUT. SIMPLES S/AG.							
CAT. GUT. CROMADO C/AG.							
CAT. GUT. CROMADO S/AG.							
ALCOFIL							
MONONYLON 3.0	03			<b>ENFERMARIA:</b> CIRCULANTE: <u>Ronno</u>			
FITA UMBILICAL							
VICRYL 0	01						
OLENO							

Teresa Raquel Pereira de Sousa Lopes  
Matrícula: 059234  
SAM - HUT  
Confere com Original









**LAUDO PARA SOLICITAÇÃO DE AUTORIZAÇÃO  
DE PROCEDIMENTOS ESPECIAIS E OU MUDANÇA  
DE PROCEDIMENTO DE INTERNAÇÃO HOSPITALAR**

Identificação do Estabelecimento de Saúde

1-Nome do estabelecimento solicitante: <b>HOSPITAL DE URGÊNCIA DE TERESINA - HUT</b>	2-CNES <b>5828856</b>	Código da Internação:
3-Nome do estabelecimento executante: <b>HOSPITAL DE URGÊNCIA DE TERESINA - HUT</b>	4-CNES <b>5828856</b>	<b>249884</b>

**IDENTIFICAÇÃO DO PACIENTE**

5-Nome: <b>ANTONIO BARROS DE LIMA NETO</b>	6 - Prontuário: <b>525926</b>		
7-CNS:	8-Nascimento: <b>29/09/1983</b>	9-Sexo: <b>Masculino</b>	<b>NAO INFORMADO</b>
11-Mãe: <b>MARIA LIDIA LOPES LIMA</b>	12-Fone: <b>86-99847-7905</b>		
13-Resp: <b>GEANE</b>	14-Fone: <b>86-99847-7905</b>		
15-Ende: <b>RUA MARIA DE LOURDES DO REGO MONTEIRO N156 - MONTE CASTELO - CEP: 64069-990</b>			
16-Munic: <b>TERESINA</b>	17-Cod.IBGE: <b>221100</b>	18-UF: <b>PI</b>	19-CEP: <b>64069-990</b>

**SOLICITAÇÃO DE PROCEDIMENTOS ESPECIAIS**

30 - Procedimento Principal / Descrição: <b>OSTEOTOMIA DE OSSOS LONGOS EXCETO DA MÃO E DO PÉ</b>	31-Cod.Procedi- mento Especial <b>0702031003</b>	32 - Descrição do Procedimento Especial: <b>PLACA EM T 4,5 MM (INCLUI PARAFUSOS)</b>	Quant. Soli- cidada: <b>1</b>
Fornecedor da OPM: <b>SPINE</b>			

38-Profissional Responsável: <b>YURI JIVAGO FELIX</b>	40-Tp. Documento: <b>CPF</b>	<b>Durval Tercio Nanes Leal</b> <b>ORTOPEDIA-TRAUMATOLOGIA</b> <b>CRM-PI 1995 CRM-MA 3636</b> 41-Ass.Carimbo Med.Sol. (CRM)
39-Data Solicitação: <b>18/10/2019</b>	40-No.Doc. Méd. Solic.: <b>001.663.217-61</b>	

**JUSTIFICATIVA DA SOLICITAÇÃO**

*Muita cautela para a colocação da placa em T 4,5 mm (inclui parafusos) para a fratura da tíbia.*

**AUTORIZAÇÃO**

46 - Nome do Profissional Autorizador:	47-Data Autorização:	48-CNS/CPF:
51-Justificativa da 'NÃO' autorização:	49-Ass.Carimbo (Rg.Conselho)	
50. Nome do Profissional/parecer controle de avaliação/auditoria	51-Data Autorização:	52-CNS/CPF:
	53-Ass. (Rg.Conselho)	

*Teresa Raquel Pereira de Sousa Lopes*  
Matrícula: 059234  
SAME - HUT  
Confere Original

*Luiz Edson dos Santos*  
Assessoria de Planejamento e Controle de Custos  
CRM - PI 1995 CRM - MA 3636  
(CARLA BATISTA)





HOSPITAL DE URGÊNCIA DE TERESINA  
Rua Dr. Otto Tito 1820 Redenção - Fone: 86 3218 5445  
TERESINA-PI CEP: 64017-770 CNPJ: 05.522.917/0022-02

PRESCRIÇÃO MÉDICA No.: 70620 - Em: (17/10/2019)

Atendimento:	Prontuário:	Paciente:	Dt.Nasc.	Clinica:	Enfermaria:	Leito:	Médico Assistente:		
249758	525926	ANTONIO BARROS DE LIMA NETO	29/09/1983	POSTO 2	EXTRA 05	EXTRA 05	JOSE FERREIRA NETO		
volução:	Remodinamicamente estável.								
Hora:	08:00								
Alergias:	Nega								
Diagnóstico/Comorbidades:	Ômero superior D								
Seq.:	Descrição-Apresentação/Observação:	Dose:	Unid.:	Via:	Int.:	Recons:	Dil. Vol.:	Horarios:	RELATÓRIO DE ENFERMAGEM:
1	ORAL Tipo LIVRE, 500ML SIST. FECHADO	1,00	Frasco	EV	12/12h				1h-Verificado P.A 156/117
2	CLORETO DE SÓDIO 0,9% (SORO FISIOLÓGICO)	1,00	Frasco	EV	12/12h				P.100
3	DIPIRONA SÓDICA 500MG/ML, INJ. 2ML.	1,00	Ampola	EV	6/6h				
4	RANITIDINA 25MG/ML, INJ. C/2ML.	50,00	mg	EV	12/12h				
5	TRAMADOL 100MG/2ML INJETÁVEL	1,00	Ampola	EV	8/8h				

Observações Gerais: CUIDADOS GERAIS

Preop.

+ de sang

- Cirurgia ante (18.10.19) !!!  
e Dr. Yuri G. Vago

Teresa Regina Pereira de Sousa Lopes  
Matrícula: 059234  
SAÚDE/HUT  
Conteúdo Original

Jose Ferreira Neto  
Gerente Médico do Pronto Atendimento  
CRM 1558  
CPF: 006.887.373-08

OK

2019 08:17:50

(JOSE FERREIRA)

# FOLHA DE ANESTESIA



UNIDADE DE SAÚDE

NOME DO PACIENTE: <b>ANTONIO BARROS DE LIMA NETO</b>					Nº DE REGISTRO: <b>523926</b>	
DATA: <b>18/10/19</b>	P. ARTERIAL	PULSO	RESPIRAÇÃO	TEMPERATURA	PESO	ALTURA
EXAMES DE SANGUE	GR. SANGUÍNEO	HEMATIMETRIA	HEMOGLOBINEMIA	HEMATOCRITOS	GLICEMIA	DOS. URÉIA
EXAMES DE URINA						
FUNÇÃO RESPIRATÓRIA						
SISTEMA CRICULATÓRIO					ELETROCARDIOGRAMA	
SISTEMA RESPIRATÓRIO					ASMA	BRONQUITE
SISTEMA DIGESTIVO				SISTEMA URINÁRIO		
ESTADO MENTAL				CORTICOIDES	ATARAXICOS	OUTROS
DIAGNÓSTICO PRÉ-OPERTÓRIO					FÍSICOS	
PRÉ-MEDICAÇÃO (AGENTES DOSES)				APLICADO AS	EFEITOS	
AGENTES ANESTÉSICOS	OXIGÊNIO 1 2 3					TOTAL DE DOSES
LÍQUIDOS	SO-UTO 500 SANGUE 400 OUTROS 300 200 100					SEQUENCIA
TEMPERATURA T	Cº 260 240 2 200 180 160 140 120 100 80 60 48 20 19					1 2 3 4 5 6 7 8 9 10 11 12 13 14
P. ARTERIAL V O PULSO	38					
INÍCIO E FIM ANESTESIA X						
INÍCIO E FIM OPERAÇÃO						
RESPIRAÇÃO O						
SÍMBOLOS						DURAÇÃO
TÉCNICAS						INCIDENTE - ACIDENTE
OPERAÇÕES						
CIRURGIÕES						
ANESTESISTAS						
Hiran Meneses dos Santos CPF: 1072 CPF: 014.546.173-49 COOPANEST-PI		TRANSAÇÃO SANGUE, 100ml fobias do BPS sucesso. Anestesia em 10 minutos CONDIÇÕES POS-OPERATÓRIO IMEDIATAS Diágnose: Fobias Proteção que fobias e fobias				
Teresa Raquel Pereira de Sousa Lopes Matrícula: 059234 SAM-UT Confere com Original						
PARITICULARIDADES						

MOD 76 - HUT

Assinado eletronicamente por: JOSE FRANCISCO PROCEDOMIO DA SILVA - 03/07/2020 20:21:21

http://tjpi.pje.jus.br:80/1g/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=20070320202098200000010070692

Número do documento: 20070320202098200000010070692

Num. 10613306 - Pág. 20



EVOLUÇÃO/ANOTAÇÃO DE ENFERMAGEM  
ESCALAS DE GRAU DE DEPENDÊNCIA E AVALIAÇÕES DE RISCO

NOME: Antonio Barros de Lima Neto PRONTUÁRIO: \_\_\_\_\_ IDADE: \_\_\_\_\_ ENFERMARIA/LEITO: \_\_\_\_\_

GRAU DE DEPENDÊNCIA DE CUIDADOS ENFERMAGEM (FUGULIN): ( ) MÍNIMOS ( ) INTERMEDIÁRIOS ( ) ALTA DEPENDÊNCIA ( ) SEMI-INTENSIVOS ( ) INTENSIVOS DATA: 19/10/2019

SINAIS VITAIS							ENTRADAS			SAÍDAS	
HORA	T	P	R	PA	SAT. O <sub>2</sub>	GLIC. CAP.	HV	HEMO	SONDA/ ORAL	DIURESE	DRENO
12											
18											
24											
06											

**ESCALA DE BRADEN:**

• PERCEPÇÃO SENSORIAL (Limitação):  
1-Totalmente/ 2-Muito/ 3-Levemente/ 4-Nenhuma

• UMIDADE (Molhado):  
1-Completamente/ 2-Muito/ 3-ocasionalmente/ 4-Raramente

• ATIVIDADE:  
1-Acamado/ 2-Cadeira rodas/ 3-Anda/ 4-Ocasionalmente/ 5-Anda frequentemente

• MOBILIDADE (Limitação):  
1-Totalmente/ 2-Muito/ 3-Levemente/ 4-Nenhuma

• NUTRIÇÃO:  
1-Muito pobre/ 2-Inadequada/ 3-Adequada/ 4-Excelente

• FRICÇÃO E CISCALHAMENTO:  
1-Problema/ 2-Problema Potencial/ 3-Nenhum/ 4-Problema

TOTAL: \_\_\_\_\_

PONTOS: \_\_\_\_\_ CONTROLE: \_\_\_\_\_

ALTO RISCO AR: <12  
MEDIO RISCO MR: 12 a 14  
BAIXO RISCO BR: > 14

CLASSIFICAÇÃO: \_\_\_\_\_

MARCAR ÁREAS LESIONADAS COM "X"

**ESCALA DE MORSE (RISCO DE QUEDA):**

1. HISTÓRICO DE QUEDAS: SIM - 25 / NÃO - 0

2. DIAGNÓSTICO SECUNDÁRIO: SIM - 15 / NÃO - 0

3. AUXÍLIO NA DEAMBULAÇÃO:  
Mobilidade / Parede - 30 / Muletas / Bengala / Andador - 15 / Nenhum / Acamado / Auxílio Profissional / Saúde - 0

4. TERAPIA ENDOVENOSA: SIM - 20 NÃO - 0

5. MARCHA:  
Comprometida / cambaleante - 30 / Fraca - 15 / Normal / Sem deambulação, acamado, cadeira de rodas - 0

iquelimitação - 15 / Orientado / Capaz quanto a sua capacidade / Limitação - 0

PONTOS: \_\_\_\_\_ CONTROLE: \_\_\_\_\_

SEM RISCO SR: 0-24  
BAIXO RISCO BR: 25-50  
ALTO RISCO AR: > 51

CLASSIFICAÇÃO: \_\_\_\_\_

**EVOLUÇÃO / ANOTAÇÃO DE ENFERMAGEM**

1. Estado Mental: ( ) Consciente ( ) Orientado ( ) Torporoso ( ) Glasgow: AO/RV/RM = \_\_\_\_\_

2. Locomoção: ( ) Deambula ( ) Acamado ( ) Restrição de orientação ( ) Parestesia ( ) Plegia ( ) Hemiparesia ( ) Déficit Motor

3. Respiração: ( ) Eupnéico ( ) Dispneico ( ) Taquipnéico ( ) TQT ( ) Sem O<sub>2</sub> ( ) Com O<sub>2</sub>: \_\_\_\_\_

4. Sistema Cardiovascular: ( ) BNR ( ) BNF ( ) 2T ( ) Normocárdico ( ) Taquicárdico ( ) Bradicárdico ( ) Outros: \_\_\_\_\_

5. Dieta: ( ) VO ( ) SNE/SNG ( ) SOE/SOG ( ) GTT ( ) NPT ( ) Dieta zero ( ) Boa aceitação ( ) Aceita Parcialmente ( ) Não aceita ( )

6. Abdômen: ( ) Plano ( ) Globoso ( ) Distendido ( ) Flácido ( ) Rígido/Tenso ( ) Timpânico ( ) Doloroso ( ) Indolor ( ) Outros: \_\_\_\_\_

7. Pele e mucosas: ( ) Normocorado ( ) Hipocorado ( ) Ictérico ( ) Integro ( ) Edema/Anasarca ( ) Hidratado ( ) Lesões Bolhosas ( ) Escoriações ( ) LPPs ( ) Outros: \_\_\_\_\_

8. Hidratação: ( ) AVP ( ) AVC ( ) Outros: \_\_\_\_\_

9. Drenos: ( ) Suctor ( ) Torácico ( ) DVE ( ) Kher ( ) Penrose ( ) Outros: \_\_\_\_\_

10. Diurese: ( ) Espontânea ( ) Dispositivo Urinário ( ) SVD ( ) Anúria ( ) Normal ( ) Reduzida ( ) Hematúria ( ) Outros: \_\_\_\_\_

11. Evacuações: ( ) Presentes ( ) Constipado ( ) Diarréias ( ) Melena ( ) Colostomia ( ) Ileostomia ( ) Outros: \_\_\_\_\_

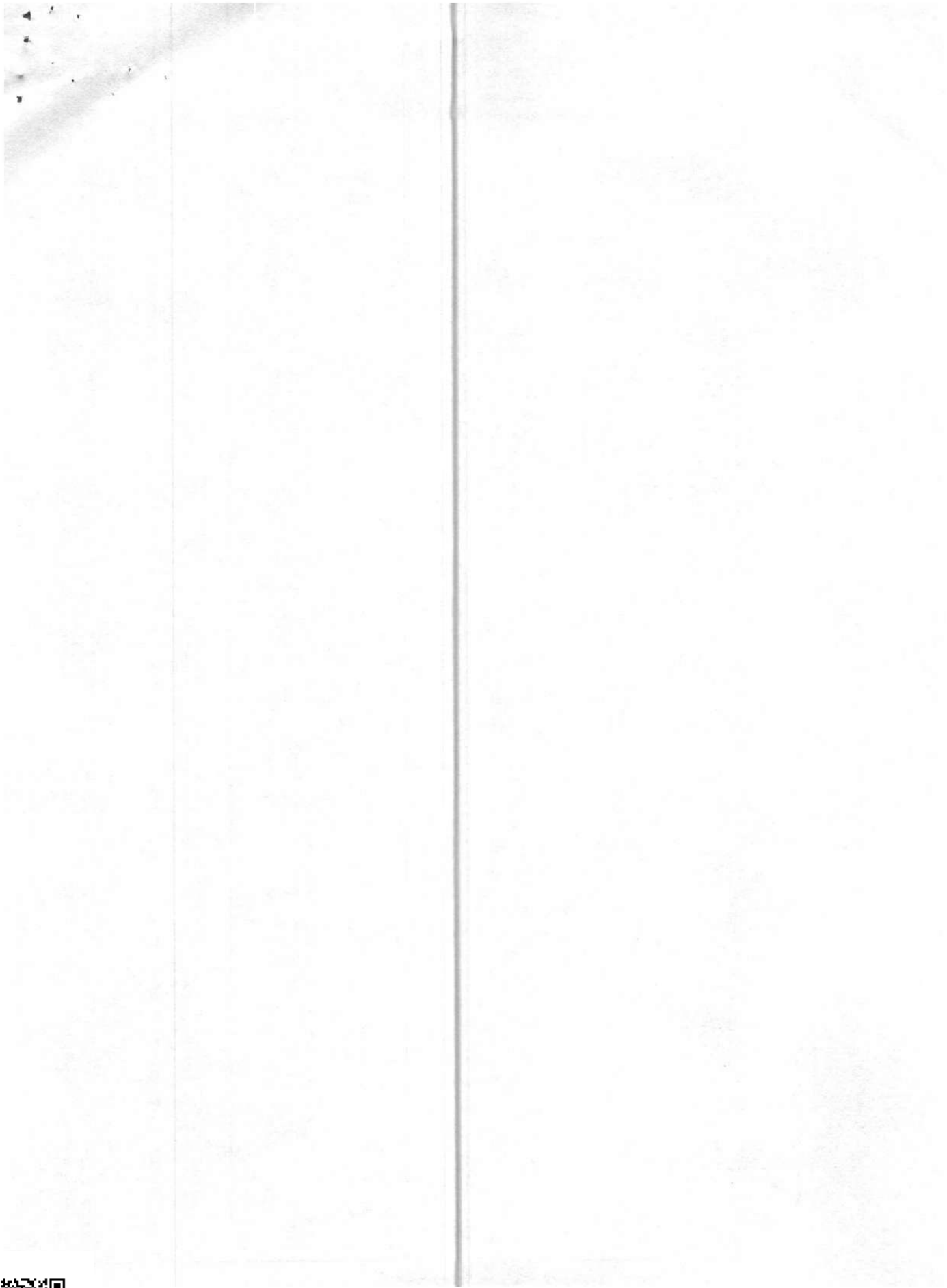
12. Admissão: 12.1: Alergias ( ) Não ( ) Sim, Quais? \_\_\_\_\_

12.2: Cirurgia Anterior: ( ) Não ( ) Sim, Quais? Data? \_\_\_\_\_

12.3: Comorbidades: ( ) Não ( ) Sim, Quais? \_\_\_\_\_

12.4: Medicamentos de uso contínuo: \_\_\_\_\_





[illegible]

Yuri Jirngo Felix  
Ortopedia Traumatologia  
CRM-PI 2308



**HOSPITAL DE URGÊNCIA DE TERESINA - HUT**

Rua Dr. Otto Tito 1820 Redenção - Fone: 86 3218 5445

TERESINA-PI CEP: 64017-770 CNPJ: 05.522.917/0022-02

**LAUDO MÉDICO**

Paciente: **ANTONIO BARROS DE LIMA NETO** (Prontuário: 525926)  
Endereço: RUA MARIA DE LOURDES DO REGO MONTEIRO N156 - MONTE CASTELO - TERESINA - PI CEP: 64069-990  
Nascimento: 29/09/1983 Idade: 36a0m22d Sexo: Masculino Origem: INTERNAÇÃO Atendimento: 249884  
Requisição: 1013889 Solicitação: 18/10/2019 Solicitante: YURI JIVAGO FELIX  
Controle: 1338461 Convênio: S U S CLINICA ORTOPEDICA - P11 ENFERMARIA 229 LEITO 02

**RELATÓRIO:**

Cod. SIA: 0204040035

Data Exame: 18/10/2019

**OMBRO DIREITO**

O estudo radiológico do ombro direito foi realizado nas incidências em pa/perfil.  
Os seguintes aspectos observados:

- Fratura cominutiva no colo do umero fixado por placa metálica.

(IRANDI SILVA)

TERESINA - PI 21/10/2019

**ELIANE RODRIGUES MENDES**

CPF: 261.144.103-00 CRM-PI 2710

Profissional Responsável

Teresa Raquel Pereira de Sousa Lopes  
Matricula: 059234  
SAME HUT  
Confere com Original



**HOSPITAL DE URGÊNCIA DE TERESINA - HUT**

Rua Dr. Otto Tito 1820 Redenção - Fone: 86 3218 5445

TERESINA-PI CEP: 64017-770 CNPJ: 05.522.917/0022-02

**LAUDO MÉDICO**

Paciente: **ANTONIO BARROS DE LIMA NETO** (Prontuário: 525926)  
Endereço: RUA MARIA DE LOURDES DO REGO MONTEIRO N156 - MONTE CASTELO - TERESINA - PI CEP: 64069-990  
Nascimento: 29/09/1983 Idade: 36a0m22d Sexo: Masculino Origem: URGÊNCIA/EMERG Atendimento: 746821  
Requisição: 1013029 Solicitação: 16/10/2019 Solicitante: ANTONIO GILBERTO ALBUQUERQUE BRITO  
Controle: 1336626 Convênio: S U S

**RELATÓRIO:**

Cod. SIA: 0204040035

Data Exame: 16/10/2019

**OMBRO DIREITO**

O estudo radiológico do ombro direito foi realizado nas incidências em pa/perfil.  
Os seguintes aspectos observados:

- Fratura cominutiva na cabeça do umero.

(IRANDI SILVA)

TERESINA - PI 21/10/2019

**ELIANE RODRIGUES MENDES**

CPF: 261.144.103-00 CRM-PI 2710

Profissional Responsável

Teresa Raquel Pereira de Sousa Lopes  
Matricula: 059234  
SAME HUT  
Confere com Original





ESTADO DO PIAUÍ  
PODER JUDICIÁRIO  
CORREGEDORIA GERAL DA JUSTIÇA  
GABINETE DA SECRETÁRIA

Ofício Circular n. 187/2013-CGJ

Teresina (PI), 09 de maio de 2013.

Aos Senhores Juízes de Direito do Estado do Piauí

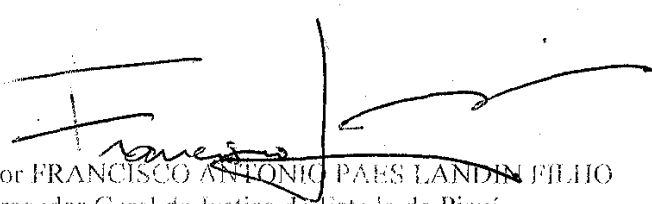
**Assunto: PP n. 0000214-33.2013.8.18.0139. Orientação.**

Senhores(as) Juízes(as),

Ao cumprimentá-los, tendo em mira *decisum* do augusto Conselho Nacional de Justiça no PCA n. 200910000039601 - da Relatoria do Cons. José Adonis Calhou de Araújo Sá; o estatuído na Lei Federal n. 1.060/50; o princípio do livre acesso à Justiça; o princípio da reserva material; o princípio da ampla defesa; e o Parecer da Consultoria Jurídica deste Órgão de Correição exarado no Pedido de Providências n. 0000214-33.2013.8.18.0139 - proposto pela Presidência da OAB/PI, que pode ser acessado, na íntegra, na página desta Corregedoria Geral da Justiça na *internet*, ao qual atribuo **força normativa, oriento** os meritíssimos Senhores Juízes de Direito do Estado do Piauí a concederem o benefício da "gratuidade da Justiça" também nas ações patrocinadas por advogado particular, quando atendidos os requisitos previstos na Lei Federal n. 1.060/50.

Cumpra-se.

Atenciosamente,

  
Desembargador FRANCISCO ANTONIO PAES LANDIM FILHO  
Corregedor Geral da Justiça do Estado do Piauí





TRIBUNAL DE JUSTIÇA ESTADO DO PIAUÍ - CORREGEDORIA  
Registro...: 0087235 Data: 01/03/2013 às 12:58  
Requerente: Emitente VICE-PRESIDENTE DA OAB/EXERCÍCIO.  
Assunto...: ENCAMINHAMENTO  
Título...: OF.N.051/2013-PEDIDO DE REDONDIAMENTO/CNJ.  
Destino...: SECRETARIO DA CORREGEDORIA  
Servidor resp pelo cad: 005

Ofício nº 051/2013-GP

*De ordem,*  
Teresina (PI), 27 de fevereiro de 2013.

*At SCP, para autuar e  
registrar. Qui/04/03/13*

A Sua Excelência o Senhor  
**Francisco Antônio Paes Landim Filho**  
Corregedor Geral de Justiça do Estado do Piauí  
Praça Des. Edgard Nogueira, s/n, Centro Cívico  
CEP 64000-830  
Teresina-PI

*Dra. Nubia Fontenele de Carvalho Cordeiro*  
Secretária da Corregedoria Geral da Justiça



**Assunto: Pedido de recomendação. Cumprimento da decisão do CNJ no PCA nº 200910000039601. Benefício da justiça gratuita. Advogado particular. Possibilidade.**

Excelentíssimo Senhor Corregedor,

A Ordem dos Advogados do Brasil – Seção Piauí, por intermédio de sua Presidente em exercício, vem respeitosamente à presença de Vossa Excelência expor e requer o que segue:

A advocacia piauiense tem enfrentado obstáculos indevidos quando da atuação em causas *pro bono*, ou seja, naqueles feitos em que o profissional representa o jurisdicionado de forma voluntária e gratuita.

Invariavelmente, tal atuação se dá em favor de pessoas necessitadas ou de instituições beneficentes, que não tem condições de arcar com os custos do processo judicial - aí se incluindo honorários advocatícios contratuais e taxas judiciais - sem prejuízo ao sustento próprio e/ou da sua família e, no caso daquelas pessoas jurídicas, sem que sua atividade social seja afetada.

214-33.2013

Rua Gov. Tiberio Nunes, s/n  
Cep. 64000-750 Teresina-Piauí  
Fones: (86) 2107-5800







Em face disso, alguns advogados demandam sem uma necessária contraprestação pecuniária, notadamente quando se sensibilizam com a situação de dificuldade enfrentada por tais jurisdicionados, cumprindo assim com seu múnus público<sup>1</sup> e colaborando com a efetivação do princípio constitucional do acesso à justiça. Ainda com esse fim, faz-se necessário postular, em causas dessa espécie, a concessão do benefício da **gratuidade da justiça**, coadunando-se com os postulados constitucionais e com o disposto na Lei 1.060/50.

Entretanto, muitos magistrados indeferem a isenção de custas processuais sob o argumento de que tal benefício seria incompatível com a advocacia privada, restringindo a sua concessão à pessoas representadas pela Defensoria Pública.

*Data vênia*, tal entendimento mostra-se totalmente dissociado da realidade dos fatos, além de não compreender o real significado da advocacia *pro bono*. Outrossim, do ponto de vista processual, revela descabida intromissão na relação cliente-advogado.

Vale dizer que tal matéria já foi debatida e dirimida no âmbito do Conselho Nacional de Justiça, a partir da impugnação de ato administrativo outrora baixado por essa Corregedoria local, conforme se depreende do julgado assim ementado:

**EMENTA: PROCEDIMENTO DE CONTROLE ADMINISTRATIVO. TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PIAUÍ. PROVIMENTO 019/2006. ASSISTÊNCIA JUDICIÁRIA. RESTRIÇÃO AO PATROCÍNIO DA CAUSA PELA DEFENSORIA PÚBLICA. IMPOSSIBILIDADE.**  
1. Pretensão de invalidação parcial do Provimento nº 019/2006, da

<sup>1</sup> A Lei 8.906/94 (Estatuto da Advocacia e da OAB), alinhando-se ao art. 133 da Constituição Federal, assim dispõe:

Art. 2º O advogado é indispensável à administração da justiça.

§ 1º No seu ministério privado, o advogado presta serviço público e exerce função social.

§ 2º No processo judicial, o advogado contribui, na postulação de decisão favorável ao seu constituinte, ao convencimento do julgador, e seus atos constituem múnus público.

Rua Gov. Tibério Nunes, s/n  
Cep 64000-750 Teresina-Piauí  
Fones: (86) 2107 5800





**Corregedoria de Justiça do Estado do Piauí, que estabelece restrição de acesso à assistência judiciária gratuita, permitindo o processamento dos feitos apenas para as partes assistidas por membros da Defensoria Pública.**

**2. A Lei nº 1060/50 não condicionou o benefício da assistência judiciária ao necessário patrocínio da causa pela Defensoria Pública.**

**3. A restrição, tal como posta, inviabiliza o instituto da advocacia voluntária, reconhecidamente incentivado por este CNJ (Resolução nº 62/2009), e outras eventuais formas de prestação de assistência jurídica. Procedência do pedido para desconstituição do ato questionado. (Procedimento de Controle Administrativo nº. 200910000039601 - Relator: Conselheiro José Adonis Callou de Araújo Sá. Requerente: Francysllanne Roberta Lima Ferreira. Requerido: Corregedoria Geral de Justiça do Estado do Piauí - 91ª Sessão - j. 29/09/2009 - DJU nº 190/2009 em 05/10/2009 p. 05)**

E em razão das ainda frequentes restrições encontradas quando da atuação voluntária dos advogados, faz-se necessário que essa douta Corregedoria adote providências no sentido de dar aplicabilidade ao julgado acima referida, renovando orientação aos Magistrados piauienses no sentido de atuarem em conformidade com o decidido pelo CNJ.

Por todo o exposto, a OAB/PI requer a Vossa Excelência a expedição de ato que dê plena e inequívoca ciência a todos os Juízes de Direito do Estado do Piauí acerca da decisão proferida pelo Conselho Nacional de Justiça no âmbito do Procedimento de Controle Administrativo nº 200910000039601, recomendando que os Magistrados se abstenham de restringir indevidamente o acesso à justiça, autorizando a concessão do benefício da gratuidade da justiça também nas causas patrocinadas por advogado particular quando atendidos os requisitos previstos na Lei 1.060/50.

No ensejo, externamos votos de elevado respeito.

Atenciosamente,

**Eduarda Mourão Eduardo Pereira de Miranda**  
Vice-Presidente da OAB/PI (Presidente em exercício)

Rua Gov. Tiberio Nunes, s/n  
Cep 64000-750 Teresina-Piauí  
Fones: (86) 2107 5800



**PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO PIAUÍ**  
**SECRETARIA DA CORREGEDORIA GERAL DA JUSTIÇA DA COMARCA DE TERESINA**



**PROCESSO Nº 0000214-33.2013.8.18.0139**

**CLASSE:** Pedido de Providências

**REQUERENTE:** EDUARDA MOURÃO EDUARDO PEREIRA DE MIRANDA,  
VICE-PRESIDENTE DA OAB-PI (PRESIDENTE EM EXERCÍCIO)

**RÉU:**

**CERTIDÃO**

Aos 12/03/2013, recebi o presente expediente, autuei e registrei no Sistema ThemisWeb sob o nº 0000214-33.2013.8.18.0139, nos termos do Provimento nº 019/2004 do Sr. Des. Corregedor Geral da Justiça. Do que lavrei o presente termo que vai devidamente assinado. Dou fé.

Teresina, 12 de março de 2013

**MICHELINE JORGE CHAVES CALLAND LEITE**  
Oficial de Gabinete - Mat. nº 0016730

**CONCLUSÃO**

Nesta data, faço estes autos conclusos a(o) Exmo(a). Sr(a). Des(a). Corregedor(a) Geral da Justiça. Do que, para constar, lavro este termo.

Teresina, 12 de março de 2013

**ANTÔNIA MARIA BORGES FERNANDES FRANCO**  
Secretário(a)





**PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO PIAUÍ  
CORREGEDORIA-GERAL DE JUSTIÇA**

**PEDIDO DE PROVIDÊNCIAS Nº 0000214-33.2013.8.18.0139**

**REQUERENTE: VICE-PRESIDENTE DA OAB/PI – EDUARDA MOURÃO EDUARDO PEREIRA DE MIRANDA**

**REQUERIDA: CORREGEDORIA GERAL DA JUSTIÇA DO PIAUÍ**

**PARECER**

**PEDIDO DE PROVIDÊNCIAS. CONCESSÃO DO BENEFÍCIO DA ASSISTÊNCIA JUDICIÁRIA GRATUITA TAMBÉM NAS CAUSAS PATROCINADAS POR ADVOGADO PARTICULAR, QUANDO ATENDIDOS OS REQUISITOS PREVISTOS NA LEI Nº 1050/60. CONCLUSÃO PELO DEFERIMENTO DO PEDIDO. NECESSIDADE DE EXPEDIÇÃO DE ATO ADMINISTRATIVO PELA CORREGEDORIA A FIM DE ORIENTAR OS MAGISTRADOS VINCULADOS AO TRIBUNAL.**

Trata-se de PEDIDO DE PROVIDÊNCIAS deduzido pela ORDEM DOS ADVOGADOS DO BRASIL – SECÇÃO PIAUÍ, por meio de sua Vice-Presidente, no exercício da Presidência, EDUARDA MOURÃO EDUARDO PEREIRA DE MIRANDA, por meio do qual se insurge contra o Provimento 019/2006, editado por esta Corregedoria Geral de Justiça, no que se refere à limitação do acesso à assistência judiciária gratuita, permitindo o processamento dos feitos apenas para as partes assistidas pela Defensoria Pública.

A Requerente sustenta, em síntese, que: *i)* a advocacia piauiense tem enfrentado obstáculos indevidos quando da atuação em feitos nos quais o profissional representa o jurisdicionado de forma voluntária e gratuita; *ii)* tal atuação





**PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO PIAUÍ  
CORREGEDORIA-GERAL DE JUSTIÇA**

se dá em favor de pessoas necessitadas ou instituições beneficentes, que não têm condições de arcar com os custos do processo judicial sem prejuízo do sustento próprio e de sua família ou sem que sua atividade social seja afetada; *iii*) em face disso, alguns advogados demandam sem uma necessária contraprestação pecuniária, notadamente quando sensibilizados com a situação de dificuldade enfrentada por tais jurisdicionados, cumprindo, assim, o seu múnus público e colaborando com a efetivação do princípio constitucional do acesso à justiça; *iv*) nestes casos, faz-se necessário postular a concessão do benefício da gratuidade da justiça, em conformidade com os postulados constitucionais e com o disposto na Lei nº 1.060/50; *v*) a referida isenção é repetidamente indeferida por muitos magistrados sob o argumento de que tal benefício seria incompatível com a advocacia privada, restringindo-se a sua concessão a pessoas representadas pela Defensoria Pública; *vi*) tal entendimento mostra-se totalmente dissociado da realidade dos fatos pois, além de não compreender o real significado da advocacia *pro bono*, revela uma descabida intromissão na relação cliente-advogado; *vii*) a matéria já foi debatida e dirimida no âmbito do Conselho Nacional de Justiça em face de impugnação de ato administrativo anteriormente baixado por esta Corregedoria; *ix*) em razão das ainda frequentes restrições encontradas quando da atuação voluntária dos advogados, faz-se necessário a adoção de providências por parte da CGJ/PI no sentido de dar aplicabilidade à decisão do CNJ, *"renovando orientação aos magistrados piauiense no sentido de atuarem em conformidade com o decidido pelo CNJ"* (fls. 04).

Por fim, pugna pela expedição de ato que dê plena e inequívoca ciência a todos os juízes de direito do Estado do Piauí sobre a decisão proferida pelo CNJ no Procedimento de Controle Administrativo nº 200910000039601, recomendando que os magistrados se abstenham de restringir indevidamente o acesso à justiça, autorizando a concessão do benefício da gratuidade da justiça também nas causas patrocinadas por advogado particular quando atendidos os requisitos previstos na Lei nº 1.060/50.





**PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO PIAUÍ  
CORREGEDORIA-GERAL DE JUSTIÇA**

*In casu*, o cerne da questão jurídica diz respeito em saber se diante de decisão proferida pelo Conselho Nacional de Justiça – CNJ em sede de Procedimento de Controle Administrativo, o qual julgou procedente pedido de invalidação parcial do Provimento nº 019/2006, editado por esta Corregedoria, desconstituindo os itens 1 e 2 do Capítulo IV, deve esta Corregedoria expedir ato dando ciência a todos os magistrados vinculados ao TJPI do conteúdo da decisão, recomendando que se abstenham de restringir indevidamente o acesso à justiça, autorizando a concessão do benefício da gratuidade da justiça também nas causas patrocinadas por advogado particular quando atendidos os requisitos previstos na Lei nº 1.060/50.

**- CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA – CONTROLE ADMINISTRATIVO E  
FINANCEIRO DO PODER JUDICIÁRIO - COMPETÊNCIA**

A Constituição Federal de 1988, quando trata dos órgãos do Poder Judiciário, estabelece em seu art. 103-B, o qual foi introduzido pela Emenda Constitucional nº 45/2004, a composição, o funcionamento e a competência do Conselho Nacional de Justiça - CNJ, órgão de controle administrativo e financeiro.

Com efeito, ao CNJ não compete atuar como revisor de decisões judiciais, pois no exercício de suas funções jurisdicionais os magistrados devem agir com absoluta autonomia e independência na formação de suas convicções.

De outra parte, no exercício do controle administrativo e financeiro, compete ao CNJ, além de outras atribuições, zelar pela observância dos princípios e regras inerentes à Administração Pública, bem como apreciar, de ofício ou mediante provocação, a legalidade dos atos administrativos praticados por membros ou órgãos do Poder Judiciário, podendo, inclusive, desconstituí-los, revê-los ou fixar prazos para que se adotem as providências necessárias ao exato cumprimento da lei, conforme dispõe o art. 103-B, § 4º, inciso II, da CF/88, *verbis*:





**PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO PIAUÍ  
CORREGEDORIA-GERAL DE JUSTIÇA**

Art. 103-B. O Conselho Nacional de Justiça compõe-se de 15 (quinze) membros com mandato de 2 (dois) anos, admitida 1 (uma) recondução, sendo:

(...)

§ 4º Compete ao Conselho o controle da atuação administrativa e financeira do Poder Judiciário e do cumprimento dos deveres funcionais dos juízes, cabendo-lhe, além de outras atribuições que lhe forem conferidas pelo Estatuto da Magistratura:

(...)

II - zelar pela observância do art. 37 e apreciar, de ofício ou mediante provocação, a legalidade dos atos administrativos praticados por membros ou órgãos do Poder Judiciário, podendo desconstituí-los, revê-los ou fixar prazo para que se adotem as providências necessárias ao exato cumprimento da lei, sem prejuízo da competência do Tribunal de Contas da União; (grifo nosso)

No mesmo sentido, o Regimento Interno do CNJ quando dispõe sobre a competência do Plenário, *in verbis*:

Art. 19. Ao Plenário do Conselho compete o controle da atuação administrativa e financeira do Poder Judiciário e do cumprimento dos deveres funcionais dos magistrados, cabendo-lhe, além de outras atribuições que lhe forem conferidas pelo Estatuto da Magistratura, o seguinte:

(...)

II - zelar pela observância do art. 37 da Constituição Federal e apreciar, de ofício ou mediante provocação, a legalidade dos atos administrativos praticados por membros ou órgãos do Poder Judiciário, podendo desconstituí-los, revê-los ou fixar prazo para que se adotem as providências necessárias ao exato cumprimento da lei, sem prejuízo da competência do Tribunal de Contas da União e dos Tribunais de Contas dos Estados; (grifo nosso)

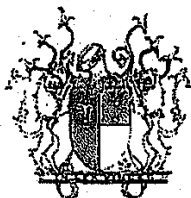
Assim, a legalidade dos atos administrativos praticados por membros ou órgãos do Poder Judiciário poderá ser apreciada pelo Plenário do CNJ, o qual poderá ainda desconstituir ou rever o ato, como também fixar prazo para a adoção de providências necessárias ao exato cumprimento da lei.

**- O PROCEDIMENTO DE CONTROLE ADMINISTRATIVO**

O Regimento Interno do CNJ, quando trata dos diversos tipos de processos admitidos no âmbito daquele Conselho, preceitua que o controle de atos







**PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO PIAUÍ  
CORREGEDORIA-GERAL DE JUSTIÇA**

administrativos poderá ser feito mediante provocação da parte, através de pedido escrito, o qual será autuado e distribuído a um Relator e após a oitiva da autoridade que praticou o ato, não ilidido o fundamento do pedido, o Plenário poderá sustar a execução do ato, desconstituí-lo ou determinar a sua revisão, *verbis*:

**“DO PROCEDIMENTO DE CONTROLE ADMINISTRATIVO**

Art. 95. O controle dos atos administrativos praticados por membros ou órgãos do Poder Judiciário será exercido pelo Plenário do Conselho, de ofício ou mediante provocação, sempre que restarem contrariados os princípios estabelecidos no art. 37 da Constituição, especialmente os de legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência, sem prejuízo da competência do Tribunal de Contas da União.

Parágrafo único. Não será admitido o controle de atos administrativos praticados há mais de cinco anos.

Art. 96. O pedido, que deverá ser formulado por escrito e com indicação clara e precisa do ato impugnado, será autuado e distribuído a um Relator.

Art. 97. A instauração de ofício do procedimento de controle administrativo poderá ser determinada pelo Conselho, mediante proposição de Conselheiro, do Procurador-Geral da República ou do Presidente do Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil.

Art. 98. O Relator determinará a oitiva da autoridade que praticou o ato impugnado e, por edital, dos eventuais beneficiários de seus efeitos, no prazo de quinze dias.

Art. 99. Não ilidido o fundamento do pedido, o Plenário determinará:

I – sustação da execução do ato impugnado;

II – a desconstituição ou a revisão do respectivo ato administrativo.

Parágrafo único. O Plenário poderá fixar prazos para que se adotem as providências necessárias ao exato cumprimento da lei ou dos atos do Conselho.

Art. 100. Aplicam-se ao procedimento previsto neste capítulo, no que couber, as regras previstas na Lei nº 9.784/99.”

Assim, o Procedimento de Controle Administrativo é espécie processual que objetiva o controle de legalidade dos atos administrativos praticados por membros e Órgãos do Poder Judiciário, sendo indispensável que o interessado demonstre a ilegalidade do ato atacado, quer por vício em sua formação, quer por afronta ao ordenamento jurídico.

Com efeito, o Provimento nº 19/2006 dispõe sobre a distribuição dos processos na Comarca de Campo Maior/PI, a competência dos Cartórios, institui a





**PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO PIAUÍ  
CORREGEDORIA-GERAL DE JUSTIÇA**

informatização nas suas rotinas forenses e dá outras providências, estabelecendo em seu Capítulo IV, itens 1 e 2, o seguinte:

**"IV – DA ASSISTÊNCIA JUDICIÁRIA**

1. Em cada um dos Cartórios, funcionará Seção da Assistência Judiciária, que terá competência para processamento de feitos cuja parte autora seja necessitada e que sejam subscritos, exclusivamente, por membros da Defensoria Pública.
2. Considera-se necessitado todo aquele cuja situação econômica não lhe permita pagar as custas do processo e os honorários de advogados, sem prejuízo próprio e de sua família e que esteja assistido por órgão da Defensoria Pública."

Pelo que se depreende dos fatos, o Procedimento de Controle Administrativo instaurado junto ao CNJ, em referência na inicial do presente Pedido de Providências, Processo nº 200910000039601, impugnou ato administrativo expedido com a finalidade de otimizar a prestação jurisdicional exclusivamente na Comarca de Campo Maior-PI, o qual optou por considerar necessitado para fins de obtenção do benefício da assistência judiciária apenas aqueles cuja situação econômica não lhes permita pagar as custas do processo e os honorários advocatícios e que estejam assistidos pela Defensoria Pública.

A decisão, por sua vez, sob o fundamento de que a opção pela assistência jurídica por advogado contratado não é suficiente para afastar a justiça gratuita, na linha de entendimento do Superior Tribunal de Justiça, julgou procedente o pedido formulado, desconstituindo os itens 1 e 2, do Capítulo IV, do referido provimento.

Entretanto, a questão que se coloca é se a decisão acima deve ser estendida e observada por todos os magistrados vinculados a este E. Tribunal, devendo esta Corregedoria expedir ato dando ciência da decisão e recomendando





**PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO PIAUÍ  
CORREGEDORIA-GERAL DE JUSTIÇA**

que o benefício da gratuidade da justiça seja concedido quando atendidos os requisitos previstos na Lei nº 1.060/50.

Com efeito, a Lei nº 1060/50 estabelece normas para a concessão de assistência judiciária aos necessitados, exigindo como condição para o exercício do benefício tão somente a afirmação da situação de necessitado, ou seja, que a parte não está em condições de pagar as custas do processo e os honorários de advogado, sem prejuízo próprio ou de sua família (art. 4º).

Entretanto, a lei não estabeleceu o requisito de forma desmedida. Registrou que a presunção dessa condição é relativa, podendo ser contrariada tanto pela parte adversa, por meio de impugnação, quanto pelo juiz, de ofício, desde que este tenha razões fundadas (arts. 7º e 8º).

Outro ponto importante, que merece ser destacado e está contemplado *expressis verbis* na lei citada, é o que diz respeito ao direito que é assegurado ao necessitado de ser assistido, em juízo, por advogado da sua escolha, *verbis*:

"Art. 5º. O juiz, se não tiver fundadas razões para indeferir o pedido, deverá julgá-lo de plano, motivando ou não o deferimento dentro do prazo de setenta e duas horas.

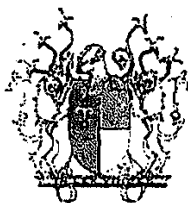
(...)

§ 4º. Será preferido para a defesa da causa o advogado que o interessado indicar e que declare aceitar o encargo.

(...)."

Assim, não deixa de ter direito à assistência judiciária a parte que indicou advogado, não estando obrigada para gozar do benefício a recorrer aos serviços da Defensoria Pública.





**PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO PIAUÍ  
CORREGEDORIA-GERAL DE JUSTIÇA**

Nesse sentido, recentes julgados do Superior Tribunal de Justiça, *ipsis*

*verbis*:

**PROCESSUAL CIVIL. JUSTIÇA GRATUITA. DECLARAÇÃO DE POBREZA. PRESUNÇÃO RELATIVA. EXIGÊNCIA DE COMPROVAÇÃO. ADMISSIBILIDADE.**

1. A declaração de pobreza, com o intuito de obter os benefícios da assistência judiciária gratuita, goza de presunção relativa, admitindo, portanto, prova em contrário.

2. Para o deferimento da gratuidade de justiça, não pode o juiz se balizar apenas na remuneração auferida, no patrimônio imobiliário, na contratação de advogado particular pelo requerente (gratuidade de justiça difere de assistência judiciária), ou seja, apenas nas suas receitas. Imprescindível fazer o cotejo das condições econômico-financeiras com as despesas correntes utilizadas para preservar o sustento próprio e o da família.

3. Dessa forma, o magistrado, ao analisar o pedido de gratuidade, nos termos do art. 5º da Lei 1.060/1950, perquirirá sobre as reais condições econômico-financeiras do requerente, podendo solicitar que comprove nos autos que não pode arcar com as despesas processuais e com os honorários de sucumbência. Precedentes do STJ.

4. Agravo Regimental não provido.

(AgRg no AREsp 257.029/RS, Rel. Ministro HERMAN BENJAMIN, SEGUNDA TURMA, julgado em 05/02/2013, DJe 15/02/2013)

**PROCESSUAL CIVIL. AÇÃO MONITÓRIA. COBRANÇA DE HONORÁRIOS CONTRATUAIS. CONTRATANTE QUE LITIGARA SOB A PROTEÇÃO DA JUSTIÇA GRATUITA. IRRELEVÂNCIA. VERBA QUE NÃO É ALCANÇADA PELOS BENEFÍCIOS CONCEDIDOS PELA LEI N. 1.060/50.**

1. "Nada impede a parte de obter os benefícios da assistência judiciária e ser representada por advogado particular que indique, hipótese em que, havendo a celebração de contrato com previsão de pagamento de honorários ad exito, estes serão devidos, independentemente da sua situação econômica ser modificada pelo resultado final da ação, não se aplicando a isenção prevista no art.3º, V, da Lei nº 1.060/50, presumindo-se que a esta renunciou" (REsp 1.153.163/RS, Rel. Ministra NANCY ANDRIGHI, TERCEIRA TURMA, julgado em 26/6/2012, DJe 2/8/2012).

2. Entendimento contrário tem a virtualidade de fazer com que a decisão que concede a gratuidade de justiça apanhe ato extraprocessual e pretérito, qual seja o próprio contrato celebrado entre o advogado e o cliente, interpretação que vulnera a cláusula de sobredireito da intangibilidade do ato jurídico perfeito (CF/88, art. 5º, inciso XXXVI; LINDB, art. 6º).

3. Ademais, estender os benefícios da justiça gratuita aos honorários contratuais, retirando do causídico a merecida remuneração pelo serviço prestado, não viabiliza,





**PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO PIAUÍ  
CORREGEDORIA-GERAL DE JUSTIÇA**

absolutamente, maior acesso do hipossuficiente ao Judiciário. Antes, dificulta-o, pois não haverá advogado que aceitará patrocinar os interesses de necessitados para ser remunerado posteriormente com amparo em cláusula contratual ad exitum, circunstância que, a um só tempo, também fomentará a procura pelas Defensorias Públicas, com inegável prejuízo à coletividade de pessoas - igualmente necessitadas - que delas precisam.

4. Recurso especial provido.

(Resp 1065782/RS, Rel. Ministro LUIS FELIPE SALOMÃO, QUARTA TURMA, julgado em 07/03/2013, DJe 22/03/2013)

PROCESSUAL CIVIL. RECURSO ESPECIAL. AÇÃO ORDINÁRIA. GRATUIDADE DE JUSTIÇA. VIOLAÇÃO A DISPOSITIVO CONSTITUCIONAL. ANÁLISE. IMPOSSIBILIDADE. COMPETÊNCIA DO STF. DECLARAÇÃO DE INSUFICIÊNCIA DE RECURSOS DO REQUERENTE. PRESUNÇÃO IURIS TANTUM. CONTRARIEDADE. PARTE ADVERSA E JUIZ, DE OFÍCIO, DECORRENTE DE FUNDADAS RAZÕES. CRITÉRIOS OBJETIVOS.

1. Trata-se de recurso especial cuja controvérsia orbita em torno da concessão do benefício da gratuidade de justiça.

2. O STJ, em sede de recurso especial, conforme delimitação de competência estabelecida pelo artigo 105, III, da Constituição Federal de 1988, destina-se a uniformizar a interpretação do direito infraconstitucional federal, razão pela qual é defeso, em seu bojo, o exame de matéria constitucional, cuja competência é do STF.

3. Há violação dos artigos 2º e 4º da Lei n. 1.060/50, quando os critérios utilizados pelo magistrado para indeferir o benefício revestem-se de caráter subjetivo, ou seja, criados pelo próprio julgador, e pelos quais não se consegue inferir se o pagamento pelo Jurisdicionado das despesas com o processo e dos honorários irá ou não prejudicar o seu sustento e o de sua família.

4. A constatação da condição de necessitado e a declaração da falta de condições para pagar as despesas processuais e os honorários advocatícios erigem presunção relativa em favor do requerente, uma vez que esta pode ser contrariada tanto pela parte adversa quanto pelo juiz, de ofício, desde que este tenha razões fundadas.

5. Para o indeferimento da gratuidade de justiça, conforme disposto no artigo 5º da Lei n. 1.060/50, o magistrado, ao analisar o pedido, perquirirá sobre as reais condições econômico-financeiras do requerente, podendo solicitar que comprove nos autos que não pode arcar com as despesas processuais e com os honorários de sucumbência. Isso porque, a fundamentação para a desconstituição da presunção estabelecida pela lei de gratuidade de justiça exige perquirir, in concreto, a atual situação financeira do requerente.

6. No caso dos autos, os elementos utilizados pelas instâncias de origem para indeferir o pedido de justiça gratuita foram: a remuneração percebida e a contratação de advogado particular. Tais elementos não são suficientes para se concluir que os recorrentes detêm condições de arcar com as despesas processuais e honorários de sucumbência sem prejuízo dos próprios sustentos e os de suas respectivas famílias.







**PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO PIAUÍ  
CORREGEDORIA-GERAL DE JUSTIÇA**

7. Recurso especial provido, para cassar o acórdão de origem por falta de fundamentação, a fim de que seja apreciado o pedido de gratuidade de justiça nos termos dos artigos 4º e 5º da Lei n.1.060/50. (REsp 1196941/SP, Rel. Ministro BENEDITO GONÇALVES, PRIMEIRA TURMA, julgado em 15/03/2011, DJe 23/03/2011) (Grifos nosso)

Destarte, na esteira dos precedentes acima transcritos, para que a parte goze dos benefícios da assistência judiciária gratuita independe do fato de estar assistida por membro da Defensoria Pública ou por advogado particular. Para tanto, bastará uma simples afirmação, na própria petição inicial, de que não está em condições de arcar com as custas do processo e os honorários de advogado, sem prejuízo próprio ou da família, podendo, contudo, tal afirmação ser contrariada tanto pela parte adversa quanto pelo juiz, na forma prevista na lei que rege a matéria.

Cumpre, ainda, ressaltar que a Lei 1060/50 foi recepcionada pela Constituição Federal de 1988 em seu artigo 5º, inciso LXXIV, como direito fundamental: "o Estado prestará assistência jurídica integral e gratuita aos que comprovarem insuficiência de recursos".

Ademais, limitar o acesso à assistência jurídica gratuita àqueles que estiverem assistidos pela Defensoria Pública restringe direitos, violando o direito fundamental de pleno acesso à Justiça, e ofende o Princípio da Reserva Legal, nos termos dos arts. 5º, inciso XXXV, 22, inciso I, 24, inciso XI, da Constituição Federal, *verbis*:

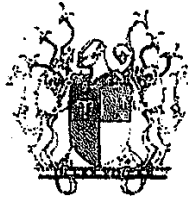
Art. 5º Todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza, garantindo-se aos brasileiros e aos estrangeiros residentes no País a inviolabilidade do direito à vida, à liberdade, à igualdade, à segurança e à propriedade, nos termos seguintes:

XXXV - a lei não excluirá da apreciação do Poder Judiciário lesão ou ameaça a direito;

Art. 22. Compete privativamente à União legislar sobre:

I - direito civil, comercial, penal, processual, eleitoral, agrário, marítimo, aeronáutico, espacial e do trabalho;





**PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO PIAUÍ  
CORREGEDORIA-GERAL DE JUSTIÇA**

Art. 24. Compete à União, aos Estados e ao Distrito Federal legislar  
concorrentemente sobre:  
XI - procedimentos em matéria processual;

Finalmente, diante do exposto, somos pelo DEFERIMENTO do pedido, no sentido de que seja expedido por esta CGJ/PI ato administrativo orientando os magistrados que para concessão do benefício da assistência judiciária seja exigido da parte apenas a presença do estado de pobreza, ou seja, a impossibilidade de arcar com as custas do processo e honorários advocatícios, não importando a qualidade do advogado, se público ou particular, nos termos previstos na Lei nº 1050/60 e conforme precedentes do C. Superior Tribunal de Justiça e do Conselho Nacional de Justiça.

É o parecer, sob censura.

Teresina (PI), 29 de abril de 2013.

**BEL. PAULO SÍLVIO MOURÃO VERAS**  
Consultor Jurídico da CGJ/PI



GT, em 09.05.2013

Apartir o presente  
Parecer, de Conselho  
Técnico de Engenharia  
Civil do Município de  
Araguarias - MG, para  
manifestar, para fins  
de fins de  
tr





Em caso de dúvidas, acesse o nosso site [www.seguradoralider.com.br](http://www.seguradoralider.com.br). Para consultar o andamento do seu processo ligue para a Central de Atendimento, de segunda a sexta-feira, das 8h às 20h, nos telefones 4020-1596 (Regiões Metropolitanas) ou 0800 022 12 04 (Outras Regiões). Para reclamações e sugestões, entre em contato com o SAC, 24 horas por dia, no telefone 0800 022 81 89. Para pessoas com deficiência auditiva, ligue para 0800 022 12 06. Tenha em mãos o número do seu pedido do Seguro DPVAT e o CPF da vítima.

Rio de Janeiro, 17 de Janeiro de 2020

Nº do Pedido do

Seguro DPVAT: 3200027312

Vítima: ANTONIO BARROS DE LIMA NETO

Data do Acidente: 16/10/2019

Cobertura: INVALIDEZ

Procurador: KEYLLY MOURA DE OLIVEIRA

Assunto: ABERTURA DE PEDIDO DO SEGURO DPVAT

Senhor(a), ANTONIO BARROS DE LIMA NETO

Informamos que o seu pedido do Seguro DPVAT foi cadastrado.

Para cobertura de Invalidez Permanente, o valor indenizável é de até R\$13.500,00 (treze mil e quinhentos reais). A indenização é estabelecida de acordo com o grau da lesão permanente sofrida pela vítima, com base na tabela estabelecida na Lei nº 6.194, de 1974.

O prazo para análise do pedido de indenização é de **até 30 (trinta) dias, contatos a partir do recebimento de toda a documentação necessária pela seguradora.**

Caso sejam necessários documentos e/ou informações complementares, o prazo de 30 (trinta) dias será interrompido e sua contagem será reiniciada assim que a seguradora receber toda documentação adicional solicitada.

Uma das coberturas do Seguro DPVAT é o reembolso de despesas médicas e suplementares - DAMS. Caso existam despesas devidamente comprovadas, decorrentes do mesmo acidente e ainda não solicitadas, acesse o nosso site para maiores informações.

Atenciosamente,

**Seguradora Líder-DPVAT**

Estamos aqui para Você

Carta nº 15383631





Em caso de dúvidas, acesse o nosso site [www.seguradoralider.com.br](http://www.seguradoralider.com.br). Para consultar o andamento do seu processo ligue para a Central de Atendimento, de segunda a sexta-feira, das 8h às 20h, nos telefones 4020-1596 (Regiões Metropolitanas) ou 0800 022 12 04 (Outras Regiões). Para reclamações e sugestões, entre em contato com o SAC, 24 horas por dia, no telefone 0800 022 81 89. Para pessoas com deficiência auditiva, ligue para 0800 022 12 06. Tenha em mãos o número do seu pedido do Seguro DPVAT e o CPF da vítima.

**Rio de Janeiro, 31 de Janeiro de 2020**

**Nº do Pedido do**

**Seguro DPVAT: 3200027312**

**Vítima: ANTONIO BARROS DE LIMA NETO**

**Data do Acidente: 16/10/2019**

**Cobertura: INVALIDEZ**

**Procurador: KEYLLY MOURA DE OLIVEIRA**

**Assunto: PAGAMENTO DE INDENIZAÇÃO**

**Senhor(a), ANTONIO BARROS DE LIMA NETO**

Informamos que o pagamento da indenização do Seguro DPVAT foi efetuado de acordo com as informações abaixo:

Multa:	R\$ 0,00
Juros:	R\$ 0,00
Total creditado:	R\$ 1.687,50

Dano Pessoal: Perda completa da mobilidade de um dos ombros  
25%

Graduação: Em grau médio 50%

% Invalidez Permanente DPVAT: (50% de 25%) 12,50%

Valor a indenizar: 12,50% x 13.500,00 = R\$ 1.687,50

Recebedor: **ANTONIO BARROS DE LIMA NETO**

Valor: **R\$ 1.687,50**

Banco: **104**

Agência: **000002004**

Conta: **0000075655-4**

Tipo: **CONTA POUPANÇA**

NOTA: O percentual final indicado equivale à perda funcional ou anatômica avaliada, e é aplicado sobre o limite da indenização por Invalidez Permanente que é de R\$ 13.500,00.

Uma das coberturas do Seguro DPVAT é o reembolso de despesas médicas e suplementares - DAMS. Caso existam despesas devidamente comprovadas, decorrentes do mesmo acidente e ainda não solicitadas, retorne ao mesmo ponto de atendimento onde foram apresentados os documentos do pedido do seguro DPVAT da cobertura Invalidez Permanente ou acesse o nosso site para maiores informações.

Quer retornar ao mercado de trabalho? Faça parte do Recomeço, programa da Seguradora Líder para beneficiários do Seguro DPVAT. Cadastre seu currículo e confira vagas de emprego em: [www.seguradoralider.com.br/recomeco](http://www.seguradoralider.com.br/recomeco).

Atenciosamente,

**Seguradora Líder-DPVAT**

Estamos aqui para Você

